

Renda para consumo do brasileiro é a menor em mais de uma década, diz consultoria

Sobra após gastos essenciais, pagamento de dívida e imposto fica menor em 2026, indica Tendências

Por **Anaís Fernandes** — De São Paulo

27/04/2026 05h01 - Atualizado agora

Tem sobrado menos dinheiro no fim do mês para as famílias brasileiras gastarem com consumo que não seja de itens básicos e o pagamento de impostos e dívidas. Isso pode ajudar a explicar o desconforto do eleitorado com o cenário econômico e a piora na avaliação do governo federal, apesar do emprego e da renda com o trabalho pujantes no país. O tema, inclusive, entrou no radar das campanhas presidenciais.

A renda disponível das famílias após gastos com itens essenciais, impostos e serviços da dívida está no nível mais baixo desde 2011, quando começa a série da Tendências Consultoria.

Em fevereiro, a “sobra” da massa de renda ampliada das famílias depois de arcar com essas despesas era de 21%, segundo a consultoria. No início de 2024, era de 23,6%. É uma deterioração bastante expressiva em pouco tempo, observa Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de macroeconomia e análise setorial. O pico do indicador foi atingido em março de 2011 (27,2%) e, depois, em junho de 2020 (27%).

Orçamento apertado

Renda disponível após compromissos - em %



Fonte: Tendências Consultoria

O indicador parte da massa de renda ampliada das famílias, que considera o salário, mas também outras fontes, como previdência, benefícios sociais, aluguéis e dividendos. Do total é retirada a inflação de itens essenciais em habitação (aluguel e taxas; combustíveis e energia, como gás de botijão e conta de luz), transportes (transporte público; combustível veicular), saúde e cuidados pessoais (produtos farmacêuticos e óticos; serviços de saúde), comunicação, educação e alimentação no domicílio. São considerados as variações e os pesos do IPCA.

Também é abatido o pagamento de juro e principal das dívidas, considerando a média das linhas de crédito do Banco Central. Mas a Tendências faz adaptações, por exemplo, ao enquadrar também como crédito o parcelamento de compras no cartão. Por fim, são usados dados da Receita para descontar Imposto de Renda e contribuições previdenciárias. “É um indicador do que sobra para outros tipos de consumo”, diz Ribeiro.

A queda expressiva dessa renda disponível, sobretudo desde 2025, é puxada pelo aumento de serviços da dívida, diz a economista. “Vemos um aumento muito expressivo do quanto o pagamento desse crédito está comendo a renda, enquanto a alimentação, que tem um peso muito relevante, ajudou bem a inflação em 2025”, afirma.

Em 2025, o preço da alimentação no domicílio subiu 1,43%, enquanto a inflação geral foi de 4,26%. Em 12 meses até março de 2026, a alimentação em casa sobe 0,53%, ante 4,14% do IPCA.

O pano de fundo para o peso maior de dívidas no orçamento é o juro, diz Ribeiro. “É um cenário de juro alto por bastante tempo”, afirma. “Ao longo de 2025, vimos uma clara piora na qualidade da carteira de crédito das famílias, que recorreram mais a linhas emergenciais, como cartão de crédito rotativo e cheque especial. Quando as pessoas vão para essas linhas, elas pagam juros mais altos.”

Soma-se a isso a oferta mais restrita de crédito, já que bancos também estão mais cautelosos diante de um cenário de inadimplência em alta. “Com essa combinação, mesmo o mercado de trabalho forte não tem sido suficiente para compensar esse peso financeiro.”

O endividamento das famílias chegava quase à metade (49,7%) da Renda Nacional Disponível Bruta (RNDBF) em janeiro deste ano, observa Marcelo Gazzano, economista do **Bradesco**. É um número baixo comparativamente a outros países, diz, já que o crédito às famílias no Brasil, como proporção do PIB, é cerca de 10 pontos percentuais (p.p.) inferior à média dos países emergentes, segundo o Banco de Compensações Internacionais (BIS). Mas o endividamento dos brasileiros é praticamente o dobro do de 2007, observa.

Nas estimativas do **Bradesco**, uma elevação de 1% no estoque de crédito das famílias, tudo mais constante, aumenta o comprometimento de renda também em 1%.

Nos últimos dois anos, o endividamento aumentou 2 p.p., com metade desse crescimento sendo explicada pela expansão do crédito pessoal não consignado, aponta Gazzano. Também cresceram o financiamento de veículos, que responde por quase 6% da renda das famílias, e o crédito consignado para trabalhadores do setor privado, impulsionado em 2025 e representando 1,2% da renda em janeiro de 2026, segundo Gazzano.

Ele observa ainda que o Indicador de Custo de Crédito (ICC), do BC, atingiu 37,5% ao ano em fevereiro, maior taxa desde 2013. Essa taxa é cerca de 4,5 p.p. maior do que no fim de 2024, nota Gazzano.

No fim, o indicador de renda disponível da Tendências é uma medida de bem-estar que ajuda a explicar outros fenômenos, como a avaliação do governo piorando, apesar do mercado de trabalho dinâmico e da alta expressiva na massa de renda, diz Ribeiro. “A gente consegue entender de onde está vindo esse desconforto.”

Parte do movimento tem a ver ainda com a inserção grande de mais famílias de baixa renda no sistema bancário, impulsionada na pandemia e por novidades como o Pix e fintechs. “Ainda estamos pensando como medir esse tipo de efeito, que tem um lado positivo, claro. Mas temos a avaliação de que o problema do endividamento alto está, sim, sendo potencializado por essa rápida inserção de famílias sem embasamento em educação financeira”, afirma.

O endividamento das famílias e a percepção de que o poder de compra caiu no último ano ganharam papel central na definição da estratégia das pré-campanhas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência. Flávio tem explorado a alta do custo de vida para atrair eleitores indecisos.

O governo prepara um novo programa para o refinanciamento das dívidas a custos menores, uma espécie de “Desenrola 2.0”, o que pode trazer algum alívio no curto prazo, segundo Ribeiro. Para ela, a iniciativa faz sentido em um contexto de inadimplência alta e diante da disponibilidade de recursos no Fundo de Garantia de Operações (FGO), embora precise de um alinhamento maior com os bancos do que em sua primeira versão, para que os mecanismos de renegociação sejam realmente efetivos.

“Mas é uma solução completamente de curto prazo, não vai resolver a dinâmica ao longo do tempo, quando pensamos nessa questão da inserção de pessoas de baixa renda no sistema bancário, se não vier acompanhada de uma agenda mais estrutural de educação financeira”, diz Ribeiro. “O risco é ter de, daqui a pouco, fazer outro programa de novo”, afirma.

Ainda em termos estruturais, o Brasil precisa resolver seu problema sistemático de juros altos, especialmente para navegar com mais folga choques como o da guerra no Oriente Médio, observa Ribeiro. “Temos, agora, o risco de o juro ficar mais alto do que imaginávamos, dados os efeitos do conflito. Essa situação das famílias deve seguir apertada por um tempo.”

O problema estrutural de juro elevado no Brasil, por sua vez, passa pelo problema fiscal, segundo Ribeiro. Para ela, é importante que a partir de 2027 sejam encaminhadas reformas a fim de melhorar a dinâmica dos gastos obrigatórios, além de se continuar fechando lacunas que geram perdas de receitas, como os gastos tributários. “A eficiência disso é questionável em muitas das linhas”, afirma Ribeiro.

Se, a partir do próximo ano, o Brasil conseguir dar algum sinal de estabilidade para a dinâmica da dívida num horizonte até 2030, já será possível reduzir o prêmio de risco cobrado do país, o que vai influenciar de forma benigna variáveis financeiras e a Selic, diz.

O **Bradesco** estima que uma queda de 1 p.p. na Selic reduz o Indicador de Custo de Crédito em 0,5 p.p. e o valor dispendido com a dívida em 1% num prazo de seis meses, segundo Gazzano.